

EDITORIAL

O editorial que, em 1988, anunciava a 7ª edição de Educação em Revista, e a promulgação da nova Constituição Brasileira, indagava, esperançoso e temeroso:

“Em que direção repensaremos a educação brasileira nos debates que se avizinham em torno das novas Diretrizes e Bases para a educação nacional?”

Após várias contramarchas, debates feitos e desfeitos ao longo de três anos, a tramitação da LDB no Congresso Nacional é apressada, em função do clamor geral contra “Projeto” alternativo apresentado pelo governo. Como outro editorial já admitira que a História gagueja, pode haver indignação, mas não surpresa. E a recorrência de temáticas se impõe a leitores fartos do **déjà vu**.

Voltamos, assim, à LDB, por ossos do ofício. No artigo sobre autonomia universitária, focaliza-se histórica e conceitualmente o tratamento da questão a partir da nova Constituição. Na Palavra Livre, reacende-se o debate sobre a escola pública e a escola privada, já que os tempos atuais obrigam a empunhar “velhas e esfarrapadas bandeiras”.

Outras dessas bandeiras são as questões do ensino rural e das políticas de habilitação de professores leigos. Em artigo, procura-se desvelar a “dissimulação da inocuidade” - nos planos estatístico, pedagógico e político - subjacente a tais políticas. E a Segunda Leitura faz eco a discurso de Abgar Renault, de 1949, propondo políticas educacionais para zonas rurais e sublinhando a atualíssima questão da municipalização do ensino. Também na perspectiva das políticas de habilitação se insere o artigo sobre a formação do professor de ensino primário Moçambique, antes e após a independência daquele país.

A dimensão de historicidade continua viva nos demais artigos. Na história do Instituto João Pinheiro, o foco reincide no trabalho como princípio educativo;

é exemplar, aí a interseção de questões cruciais: menores abandonados - do internato para a rua? - formação técnica e disciplina: Na história da Educação na Inglaterra, as questões de gênero são (re) focalizadas. A abordagem permite a extrapolação de fronteiras geográficas, pois oferece interessante mapeamento de vertentes de pesquisa na área - que inclui o feminino e o masculino - com pistas, caminhos e informações bibliográficas, sempre reafirmando relações entre gênero e educação. Expandindo tal contribuição, são mapeados também, na Seção de Pesquisas, os estudos sobre mulher e relações de gênero na UFMG, identificando-se núcleos de pesquisas em curso e lacunas provocativas.

Apesar das crises e dos dilemas, não podemos perder a ternura e a sensibilidade. E, nesse espaço, nos voltamos ainda para a questão da educação musical. Nosso compromisso institucional com as práticas de ensino de todas as áreas nos convida a essa reflexão. Afinal certamente a música de faz presente em nosso horizonte humanista, mas não nas escolas, habéis em desestimulá-la, ignorá-la ou confiná-la aos felizes e lúdicos tempos de pré-escola.

Destacamos também o relato de experiência voltado para o ensino da língua materna, focalizando principalmente a educação de adultos, em nível supletivo. Esperamos que o registro provoque desdobramentos e novas colocações em tal área, tão carente de sistematizações teóricas e metodológicas.

O Depoimento registra ressonância de clamores familiares, invocando o significado da escola a partir de algumas biografias oriundas do contexto rural; trata-se da outra face, cruelmente encarnada, da inocuidade anteriormente assinalada. Teimosamente, vamos realimentando esperanças de que nova LDB e novos projetos políticos possam reverter o **déjà vu** tão pranteado, a favor de vir-a-ser que desejamos e merecemos.